

1 **ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**
2 **INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTINS DO COMITÊ DA BACIA LITORÂNEA**

3 Aos 18 dias de novembro de 2020, às 09h00, por videoconferência; iniciou-se a
4 26ª Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTINS, do Comitê
5 da Bacia Litorânea, reunindo os membros **ARLINEU RIBAS**, coordenador da
6 CTINS, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
7 (ABES/PR); **JOSÉ LUIZ SCROCCARO**, do Instituto Água e Terra (IAT), **ELIANE**
8 **DE OLIVEIRA**, da PARANAGUÁ SANEAMENTO; **NEIVA CRISTINA RIBEIRO**,
9 da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), **PAULO HENRIQUE**
10 **CARNEIRO MARQUES**, da Universidade Federal do Paraná (UFPR/LITORAL),
11 e os convidados; **ALEXANDRE EDUARDO BRUNELLI JUCÁ** Instituto Água e
12 Terra (IAT); **LUCAS DALSSOTTO**, da Companhia Paranaense de Energia
13 (COPEL), **FERNANDO RODERJAN** da PARANAGUÁ SANEAMENTO e
14 **ENÉAS SOUZA MACHADO (ABRH)** O coordenador da CTINS, **ARLINEU**
15 **RIBAS**, da ABES/PR, deu as boas-vindas a todos e abriu oficialmente a reunião
16 (item 1). O Sr. **ARLINEU RIBAS**, da ABES/PR, solicitou a aprovação da ata da
17 reunião anterior (item 2), aprovada por todos sem alteração. Em seguida, o Sr.
18 **ARLINEU RIBAS**, da ABES/PR, deu continuidade a pauta do dia:

19 **1. Abertura;**

20 **2. Aprovação da ata da 26ª reunião ordinária da CTINS;**

21 **3. Revisão do Regimento Interno;**

22 **4. Assuntos Gerais;**

23 O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)** deu sequência ao item 3 da pauta, e
24 aproveitando a presença do Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**, comentou que
25 seria dado início aos itens do regimento que fossem relativos à secretaria
26 executiva e ao IAT. Pediu esclarecimentos sobre a composição do IAT no comitê
27 e sugeriu que a reunião da CTINS que teria como pauta os empreendimentos
28 previstos no litoral fosse adiada, dada a grande renovação de representantes
29 dos municípios ocorrida nas eleições municipais 2020. O Sr. **JOSÉ LUIZ**
30 **SCROCCARO (IAT)**, comentou que houve significativa mudança nas prefeituras
31 municipais e sugeriu eu fosse prorrogada para 10 de dezembro de 2019, com
32 intenção de possivelmente poder contar com a presença das equipes de
33 transição. O Sr. **ENÉAS SOUZA MACHADO (ABRH)**, sugeriu que fosse feita
34 em 10/01/2021, a fim de poder contar com os membros já empossados e equipes
35 mais bem constituídas. O Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**, concordou e
36 sugeriu que, para tal intenção comentada seria interessante marcar para a
37 terceira semana de janeiro de 2021, e que dessa fora ela seria mais produtiva.
38 Comentou ainda que até mesmo para o projeto de monitoramento seria mais
39 interessante a data sugerida, pois poderia haver avanços na LP das obras e
40 assim a disponibilidade do recurso para financiamento do projeto e maior
41 definição das possibilidades. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES**
42 **(UFPR)**, questionou se haveria a possibilidade de dividir o licenciamento da
43 drenagem e assim agilizar o processo. O Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**,
44 esclareceu que dada a natureza da obra, era essencial finalizar os guias de
45 corrente para poder tratar da drenagem. Outro ponto relacionado é que na
46 microdrenagem seriam utilizadas as sobras das pedras maiores do restante das
47 obras, o que do contrário encareceria a obra. O Sr. **ARLINEU RIBAS**
48 **(ABES/PR)**, sugeriu que fosse acatada a sugestão do Sr. **ENÉAS SOUZA**
49 **MACHADO (ABRH)**, não havendo objeções dos outros membros. O Sr.
50 **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, questionou como seria o papel da secretaria
51 executiva e da entidade estadual na nova configuração do IAT, haja vista a
52 atualização do regimento proposta. O Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**,
53 comentou que houve um incremento na equipe da secretaria executiva, nos
54 últimos anos e estava prevista a expansão dela, podendo assim dar maior
55 suporte as atividades do comitê. Aproveitou ainda para ressaltar que o litoral
56 ainda não tem a cobrança instalada, e que dado o momento de crise instalado
57 configura-se um cenário de planejamento para 2021, ou seja, possivelmente

58 poucos recursos para implementação de projetos e ações. O Sr. **ENÉAS SOUZA**
59 **MACHADO (ABRH)**, esclareceu que se questionava a gerência de bacias
60 regional de Paranaguá e se ela efetivamente participaria da gestão. O Sr. **JOSÉ**
61 **LUIZ SCROCCARO (IAT)**, esclareceu que necessitaria de complementação da
62 equipe regional para poder atender as demandas do comitê e que por hora as
63 atividades seriam exercidas pela gerência de bacias da sede. O Sr. **ARLINEU**
64 **RIBAS (ABES/PR)**, levantou a questão da rede monitoramento do litoral, a crise
65 hídrica e o planejamento do estado perante tal. O Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO**
66 **(IAT)**, esclareceu que havia um convênio da SANEPAR com o SIMEPAR, para
67 monitoramento de seus mananciais de abastecimento, e que o decreto do
68 Governador do estado sobre a crise hídrica. previa que as companhias de
69 saneamento poderiam avaliar a situação de conflito pelo uso e solicitar ao IAT a
70 declaração de crise hídrica. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, aproveitou para
71 solicitar a CAGEPAR e PARANAGUÁ SANAMENTO, um relatório dos índices
72 de perda rede local dada que a informação disponível estava defasada. A Sra.
73 **ELIANE DE OLIVEIRA (PARANAGUÁ SANEAMENTO)**, comentou não
74 reconhecia uma situação tão confortável de disponibilidade hídrica para o litoral
75 em especial Paranaguá. E que verificaria internamente a disponibilização de
76 dados relativos a essa questão, além de expressar a falta de séries históricas
77 para confirmar a existência de crise hídrica na região. O Sr. **PAULO HENRIQUE**
78 **CARNEIRO MARQUES (UFPR)**, sugeriu que fosse promovido um encontro
79 técnico entre as entidades de monitoramento para padronização de
80 metodologias e coordenação de esforços no sentido de ampliar os dados
81 disponíveis para região. O Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**, comentou que
82 os esforços iniciais de discussão estavam ocorrendo em regiões onde estava
83 constatado o cenário de crise, o que não parecia ser o caso do litoral, mas
84 sugeriu que havia a possibilidade de que se iniciassem os estudo do cenário
85 local pela PARANAGUÁ SANEMANTO e a UFPR. A Sra. **NEIVA CRISTINA**
86 **RIBEIRO (SANEPAR)**, comentou eu estava prevista a presença da equipe do
87 litoral da SANEPAR, para reunião de janeiro de 2020, e que poderia ser
88 viabilizada uma reunião técnica sobre o monitoramento. O Sr. **JOSÉ LUIZ**
89 **SCROCCARO (IAT)**, sugeriu a presença da responsável pelo monitoramento do
90 IAT na reunião. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, sugeriu que fosse marcada
91 uma reunião da CTINS sobre esse tema ainda no ano de 2020. O Sr. **LUCAS**
92 **DALSOTTO (COPEL)**, comentou sobre a necessidade de padrão dos nos
93 métodos de monitoramento e que não havia norma estadual ou mesmo nacional.
94 A Sra. **ELIANE DE OLIVEIRA (PARANAGUÁ SANEAMENTO)** e o Sr. **PAULO**
95 **HENRIQUE CARNEIRO MARQUES (UFPR)** concordaram com os comentários
96 feitos sobre o tema. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, questionou sobre as
97 cadeiras dos representantes do IAT e solicitou se seria possível incluir um
98 representante do setor de turismo. O Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**,
99 esclareceu que verificaria com a equipe internamente e seria repassada a
100 composição atual sugerida, assim como entraria em contato com a **PARANÁ**
101 **TURISMO**, caso fosse a vontade do comitê, para verificar o interesse e
102 possibilidade e participação na composição. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**,
103 o comentou sobre a intenção de inclusão da **ABRH** e **APEAM** como entidades
104 técnicas profissionais. O Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**, comentou que
105 seriam ótimas entidades técnicas para composição do comitê. O Sr. **ARLINEU**
106 **RIBAS (ABES/PR)**, questionou quais seriam as possibilidades do estado sob
107 ponto de vista dos recursos hídricos, e competências do comitê perante aos
108 questionamentos feitos pelo MPPR nos ofícios recebidos pelo comitê. O Sr.
109 **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**, comentou aspectos do projeto e que estes
110 melhorariam a qualidade dos recursos hídricos locais. Comentou sobre a diluição
111 promovida pelos guias de corrente propostos, ganho de declividade dos sistema
112 de canaletas proposto e das medidas de educação ambiental que deveriam ser
113 tomadas sob o ponto de vista da poluição difusa. O Sr. **ARLINEU RIBAS**
114 **(ABES/PR)**, expressou que o objetivo principal era a garantia da qualidade das

115 águas da região para fins de turismo e que toda a questão deveria estar
116 integrada em um plano de desenvolvimento sustentável do litoral, uma vez que
117 não se trata de uma obra pontual, mas sim um ciclo de ações para garantia de
118 qualidade dos recursos hídricos. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**
119 **MARQUES (UFPR)**, concordou sobre o efeito de melhora da qualidade da água
120 advindo das obras, assim como ocorreu com a canalização feita no município de
121 Guaratuba, e que os sistemas de galeria com tampa talvez fossem os únicos a
122 funcionar para a região. Comentou também, sobre os programas de educação
123 ambiental e que o comitê deveria buscar recurso para abertura de edital de
124 contratação de projetos de educação ambiental. A Sra. **NEIVA CRISTINA**
125 **RIBEIRO (SANEPAR)**, comentou que inicialmente havia uma preocupação com
126 o lançamento da ETE Matinhos, a interação com o canal St. Etienne e a possível
127 reversão de fluxo, mas que a questão já havia sido esclarecida sem maiores
128 problemas, e que a equipe da SANEPAR responsável pelo litoral poderia
129 participar das próximas reuniões. Questionado sobre a situação dos
130 lançamentos no Rio Guaraguaçu, o Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**,
131 esclareceu que o lançamento da SANEPAR era feito em um canal a montante
132 do rio em questão e dada as vazões relativas, pouca influência teria na qualidade
133 e classe do rio. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES (UFPR)**,
134 esclareceu que antes de chegar ao Rio Guaraguaçu havia contribuições da Bacia
135 do Rio Perí, incluindo poluição difusa de Praia de Leste e passando próximo ao
136 aterro Sanitário de Matinhos e Pontal do Paraná. Disse ainda acreditar que há
137 vazamento de forma difusa dada as medições já realizadas no local. Por fim
138 comentou que possivelmente, havia, portanto, três fontes distintas contribuindo
139 para um lançamento e um único ponto do rio Guaraguaçu, ao qual ainda tinha
140 que se levar em consideração que havia trechos classe 1 de captação a
141 montante e classe especial em estação ecológica a jusante. Esclareceu que a
142 vazão do Rio Guaraguaçu ainda era capaz de manter parâmetros de qualidade,
143 mas que era necessário avaliar os impactos em outras atividades como pesca.
144 Considerando essa questão o maior problema de saneamento da região. O Sr.
145 **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**, concordou com o apontamento do Sr. **PAULO**
146 **HENRIQUE CARNEIRO MARQUES (UFPR)**, e esclareceu que os consórcios de
147 aterros sanitários deveriam ser geridos pela iniciativa privada, a fim de minimizar
148 problemas de gestão intermunicipal. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**
149 **MARQUES (UFPR)**, esclareceu que sob as medidas de compensação de obras
150 da região, deveriam ser propostas ações estruturais e não estruturais que
151 minimizassem o efeito desse passivo ambiental. O Sr. **ARLINEU RIBAS**
152 **(ABES/PR)**, pontuou sobre a criação de dois grupos de trabalho, um sobre as
153 questões discutidas sobre o Rio Guaraguaçu e outro sobre questões de
154 monitoramento e gestão de recursos hídricos da região. O Sr. **LUCAS**
155 **DALSOTTO (COPEL)**, externou seu sentimento de que as ações de educação
156 ambiental deveriam se concentrar numa faixa etária infanto-juvenil para que seus
157 efeitos fossem mais abrangentes e duradouros a longo prazo. O Sr. **ARLINEU**
158 **RIBAS (ABES/PR)**, questionou se os recursos dos programas de educação
159 ambiental das concessionárias de saneamento poderiam ser aplicados em
160 ações relativas à gestão de recursos hídricos de modo geral. O Sr. **LUCAS**
161 **DALSOTTO (COPEL)**, citou que havia programas da COPEL, mas que estavam
162 mais voltados a eficiência energética. A Sra. **NEIVA CRISTINA RIBEIRO**
163 **(SANEPAR)**, esclareceu que no contrato com o município estava previsto, um
164 fundo específico para ações de educação ambiental e citou os programas de
165 temporada promovidos pela SANEPAR nas praias, o programa “se ligue na rede”
166 e o “não jogue óleo na rede” e que teria que verificar a disponibilidade de
167 recursos para outros programas. Aproveitou para esclarecer que o trecho
168 comentado anteriormente referente ao rio Guaraguaçu era Classe 3 e que seria
169 necessário avaliar a outorga novamente sob a ótica dos critérios de outorga
170 aprovados. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, questionou se havia ações da
171 SANEPAR voltadas a proteção de áreas de manancial. A Sra. **NEIVA CRISTINA**

172 **RIBEIRO (SANEPAR)**, disse que a empresa estava em fase inicial de
173 implementação de projetos nessa linha, na região metropolitana de Curitiba e
174 outras regiões do Paraná, e que poderia ser acionado o setor de educação
175 ambiental da empresa para verificar a viabilidade de realizar ações nesse
176 sentido. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, aproveitou e fez um resumo do que
177 tinha sido discutido até o momento e comentou sobre os ofícios recebidos pelo
178 comitê, e que avaliaria suas respostas em seguida da reunião e por fim sugeriu
179 a retomada da revisão do regimento a partir do Art. 26º. Foi feita então a leitura
180 em sequência a partir do Art. 27 do Capítulo X. No Art. 30, § 2º foi sugerida a
181 previsão de reuniões virtuais no corpo do texto e o §3º foi sugerido que
182 realocasse o texto á uma seção mais adequada. No Capítulo XI, foi apontada a
183 atualização do nome da Entidade Estadual, Instituto Água e Terra nos Art. 37º e
184 Art. 40º e ficou definido que seria elaborado pela secretaria executiva um texto
185 contendo as alterações pretendidas para a próxima reunião. O Sr. **ARLINEU**
186 **RIBAS (ABES/PR)** questionou se já deveria ser tratado o assunto de criação dos
187 grupos de trabalho. Houve um momento de discussão sobre a criação de nova
188 Câmara técnica com objetivo de conduzir grupos de trabalho específicos ou se
189 tal atribuição seria da CTINS já instalada. Ficou acordado que seria verificada a
190 possibilidade de vincular inicialmente a CTINS e posteriormente se houvesse
191 necessidade a criação de um nova CT. Na sequência foi definida a data de
192 25/11/2020 para a próxima reunião da CTINS que teria como pauta a
193 continuidade dos trabalhos de revisão e se houvesse tempo a definição de
194 objetivos para criação de grupos de trabalho específicos. O Sr. **PAULO**
195 **HENRIQUE CARNEIRO MARQUES (UFPR)**, sugeriu que o procedimento de
196 criação dos GT, fosse oficializado por ata da CT e que ele definisse seu
197 cronograma e modo de funcionamento. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**,
198 sugeriu que fosse avaliada já na próxima reunião os objetivos pretendidos aos
199 GT visto que o grupo já estaria reunido. O Sr. **LUCAS DALSTOTTO (COPEL)**,
200 questionou se a iniciativa de criação de GT não deveria vir do Comitê ao invés
201 da plenária. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, disse que a CTINS proporia ao
202 Comitê a criação do GT. A Sra. **NEIVA CRISTINA RIBEIRO (SANEPAR)**,
203 ressaltou que novas câmaras técnicas deveriam ser criadas pelo comitê e
204 propostas pelo seu presidente ou membro do comitê. Houve uma discussão
205 sobre as funções de coordenador de câmara técnica e presidente e sobre o fluxo
206 de trabalho que deveria ocorrer. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**
207 **MARQUES (UFPR)**, sugeriu que na próxima reunião fosse criado o grupo de
208 trabalho referente ao monitoramento discutido anteriormente. Sem mais para o
209 momento a reunião foi encerrada.

210

211 **Arlineu Ribas**

212 Coordenador da CTINS do CBH Litorânea